

EDITAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
EM 12/06/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2019
CONVITE Nº 020/2019
ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00h DIA 19/06/2019
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
LEGISLAÇÃO: LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

A Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, com endereço à Rua Henriqueta Rubim, nº 280, Bairro Niterói, São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, CNPJ: 74.011.024/0001-82, isenta de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a abertura do Processo Licitatório nº 114/2019, na modalidade Carta Convite nº 020/2019, do tipo Menor Preço, sob o regime de execução por preço global mensal para Contratação de empresa para prestar serviços técnico-especializados de assessoria e consultoria jurídicas em matérias de maior indagação, no âmbito do direito administrativo, municipal, processual e constitucional, assessoramento jurídico a todas as comissões constituídas ou posteriormente constituídas no período contratado; emissão de pareceres, verbais ou por escrito, no âmbito do direito constitucional, administrativo, municipal, e processual de maior complexidade; orientações pertinentes a reformas, adequações e/ou aplicação da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, plano de cargos e salários, portarias, instruções, projetos de lei e demais normas e atos do Poder Legislativo; propositura e acompanhamento de processos judiciais e administrativos nas secretarias, órgãos e entidades privadas, e órgãos públicos, notadamente junto àqueles que se localizam em Belo Horizonte/MG, a fim de que se proceda à defesa dos interesses da administração pública; capacitação dos agentes políticos e servidores, sobre matérias atinentes ao Poder Legislativo Municipal, **conforme Anexo I – Termo de referência**, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e pelas demais condições fixadas neste edital.

O local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como o horário de abertura dos envelopes são definidos conforme a seguir:

ENTREGA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA”
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
DIA: 19 de Junho de 2019.
HORA: 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO”
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
DIA: 19 de Junho de 2019.
HORA: 14h00min

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

I - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestar serviços técnico-especializados de assessoria e consultoria jurídicas em matérias de maior indagação, no âmbito do direito administrativo, municipal, processual e constitucional, assessoramento jurídico a todas as comissões constituídas ou posteriormente constituídas no período contratado; emissão de pareceres, verbais ou por escrito, no âmbito do direito constitucional, administrativo, municipal, e processual de maior complexidade; orientações pertinentes a reformas, adequações e/ou aplicação da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, plano de cargos e salários, portarias, instruções, projetos de lei e demais normas e atos do Poder Legislativo; propositura e acompanhamento de processos judiciais e administrativos nas secretarias, órgãos e entidades privadas, e órgãos públicos, notadamente junto àqueles que se localizam em Belo Horizonte/MG, a fim de que se proceda à defesa dos interesses da administração pública; capacitação dos agentes políticos e servidores, sobre matérias atinentes ao Poder Legislativo Municipal. Fica excluída da presente contratação a atuação da CONTRATADA em casos de natureza corriqueira, seja em questões contenciosas ou administrativas, sendo de competência da Procuradora Jurídica e/ou Presidente do Poder Legislativo avaliar a necessidade e complexidade da matéria a ser solicitada e direcionada à CONTRATADA, conforme Anexo I – Termo de referência.

II - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR

2.1. Somente poderão participar da presente licitação empresas que não estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou cumprindo pena

de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicada, por força da Lei nº 8.666/93.

2.2. A participação na licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas e disposições legais pertinentes.

2.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.4. Não será aceita a participação de empresas:

- a) Que esteja sob falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- b) Que estejam impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art.87, inc. IV da Lei 8.666/93, salvo se comprovarem a reabilitação;
- c) Declaradas inidôneas para licitar;
- d) Cujos sócios ou dirigentes sejam servidores, dirigentes do órgão contratante, ou responsáveis pela licitação.

2.5. É igualmente vedada a participação nesse certame de cooperativas ou empresas consorciadas.

2.6. A observância das vedações supra referidas é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.7. Qualquer declaração somente poderá ser feita neste procedimento licitatório pelo próprio interessado, pelo titular da empresa ou seu representante legal.

III - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

3.1. Os documentos relativos à habilitação e às propostas de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes separados, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, devidamente protocolados no setor competente da Câmara, contendo em sua parte externa, além da razão social e endereço da licitante, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
PROCESSO LICITATORIO Nº 114/2019
CARTA CONVITENº 020/2019
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**ENVELOPE Nº 02 - "PROPOSTA DE PREÇO"
PROCESSO LICITATORIO Nº 114/2019
CARTA CONVITENº 020/2019
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

IV - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes deverão apresentar, na Câmara Municipal, os documentos solicitados neste edital, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou pela Comissão Permanente de Licitação, acondicionados em envelope timbrado ou com carimbo da empresa, contendo a razão social da licitante e sobrescrito com a expressão "Envelope nº 01 - Documentos de Habilitação".

4.2. Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

4.3. Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE junto à COMISSÃO.

4.3.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal;

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão;

c) Toda documentação solicitada deverá ser compatível com o CNPJ apresentado, não sendo permitida mesclagem de documentos.

d) Os documentos retirados da Internet terão sua autenticidade certificada junto aos "sites" dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

e) Os documentos não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

f) Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia autenticada ou nos casos previstos nos arts. 43, inciso II c/c art. 46, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93.

4.3.2. Para a habilitação nesta Carta Convite será exigido:

a) Habilitação Jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresário individual ou ato constitutivo devidamente registrado em se tratando de sociedade empresária;
- Em se tratando de sociedade por ações, entrega de ato constitutivo, estatuto social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;
- Registro **sociedade** junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

b) Regularidade Fiscal:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- Prova de regularidade expedida pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão da Junta Comercial, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, válidas.
- Prova de regularidade perante a Ordem dos Advogados do Brasil, válida.

c) Habilitação Técnica:

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado(s) de experiência anterior fornecido(s) por cliente(s) – pessoa jurídica de direito público ou privada - que tenha(m) sido ou esteja(m) sendo atendido(s) pela Licitante;
- Registro nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, diploma de graduação, e currículo lattes devidamente comprovado.

d) Qualificação Geral:

- Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da C.F. conforme anexo IV;

- Declaração de Responsabilidade, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, informando a contratante à superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

4.3.3. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.3.4. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do licitante.

V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O ENVELOPE Nº 02 - “PROPOSTA DE PREÇOS” conterà a proposição do licitante quanto ao preço e condições gerais do objeto licitado. A Proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação e ser apresentada em conformidade com o modelo definido no anexo V deste instrumento convocatório, apresentando o valor global, assim como sua estratificação mensal de preço.

5.2. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o Edital, que obteve informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso e que o seu texto lhe permitiu prepará-la de maneira completa.

5.3. As propostas deverão ser apresentadas até o horário, dia e local indicados no preâmbulo desde EDITAL, em envelope próprio fechado, indevassável e colado, em uma via datilografada ou impressa, datada e assinada, rubricada em todas as suas páginas, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, de fácil leitura e compreensão, devendo constar ainda, necessariamente:

a) Nome, endereço completo, CNPJ e Registro na Ordem dos Advogados do Brasil;

b) Descrição clara do objeto, número e modalidade a que se refere o Processo Licitatório, data, hora e local de abertura do julgamento da licitação;

c) **Preço mensal**, expresso em moeda nacional corrente, em números com apenas duas casas decimais, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da licitante;

d) Os preços devem incluir impostos, taxas, seguro e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Havendo divergência entre os **preços unitário** e global, prevalecerá o primeiro;

e) Em caso de divergência entre o valor proposto prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico;

f) A não indicação de parcelas referentes aos impostos, taxas, seguro e outros encargos pressupõe que o preço já os inclui;

g) O prazo de validade da Proposta de Preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

5.4. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas ou outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

5.5. A proposta somente será considerada se atendidas às exigências do presente ato convocatório e entregue no local indicado até o dia e hora fixados.

VI. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A Comissão Permanente de Licitação abrirá, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação, desqualificando o licitante que não atender às exigências deste EDITAL e de seus anexos.

6.2. Não cabe desistência de proposta, após a fase da habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer outro licitante após a fase de habilitação, como também qualquer retificação da documentação de habilitação e/ou das propostas, depois de efetivadas as entregas.

6.4. Decorrido o prazo de recurso de habilitação, e nenhum tendo sido interposto, ou tenha havido desistência formal de sua apresentação, ou julgados os apresentados, os envelopes das propostas serão devolvidos, inviolados, aos licitantes inabilitados ou expressamente desistentes.

6.5. Não havendo interposição de recursos de habilitação, ou ocorrendo o caso de desistência do recurso, a realização da abertura dos envelopes de proposta poderá ser adiantada.

6.6. Todos os documentos contidos nos envelopes de habilitação serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

6.7. Será lavrada ata circunstanciada de abertura que deverá ser assinada pelos licitantes presentes e obrigatoriamente assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

VII - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1. No julgamento das Propostas de Preços será levado em consideração o tipo de licitação menor preço, tendo como critério de julgamento o preço total mensal.

7.2. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o disposto na Lei nº 8.666/93.

7.3. Caso todos os licitantes forem desclassificados, será fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas, em obediência ao disposto no parágrafo 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

7.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**.

7.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da forma prevista na lei.

7.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas às condições de habilitação, em favor da proposta de menor preçomensal.

7.7. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de:

7.7.1. Analisar e julgar, em outra oportunidade, o conteúdo dos envelopes apresentados;

7.7.2. Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital;

7.7.3. A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Presidente, com vistas à homologação e adjudicação do objeto da licitação, observados os respectivos prazos recursais.

7.8. Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do “Termo de Contrato”, ou a entrega da “Nota de Empenho”, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9. A decisão da Comissão somente será considerada definitiva após homologação realizada pelo Presidente, e as intimações dos respectivos atos serem procedidos nos termos da Lei nº 8.666/93.

VIII - DO CONTRATO

8.1. Homologada a presente licitação a adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e da faculdade de a Câmara convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

8.2. É facultado à Câmara, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

8.3. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

8.4. Consideram-se como parte integrante do Contrato os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

8.5. A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto licitado de forma total, caracterizando mera intermediação financeira da taxa de administração, sob pena de rescisão unilateral do contrato e demais penalidades previstas no item 12.

8.6. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou

parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifiquem quaisquer dessas ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afetem a boa execução do Contrato.

8.7. Caberá à Contratante providenciar a publicação do extrato do contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

IX – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será feito em moeda nacional corrente, mensalmente, pela Assessoria de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal, em até 15 (quinze) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, comprovante de regularidade junto à Seguridade Social e FGTS, e da emissão da Ordem de Pagamento efetuada pela Diretoria Administrativa, atestando, por escrito, que os serviços estão sendo devidamente realizados.

9.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacado o número desta Licitação, a descrição dos serviços prestados conforme o objeto do presente Edital, com o respectivo valor bruto mensal.

9.3. Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacada, também, as retenções previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004 (IRPJ, PIS, COFINS e CSLL).

9.4. Caso a CONTRATADA esteja dispensada de alguma das retenções citadas, deverá apresentar documentação comprobatória, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, conforme previsões constantes na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.6. O valor inicialmente contratado poderá ser repactuado, tendo como parâmetro o índice oficial do IGPM, desde que decorridos pelo menos 12 (doze) meses da data da assinatura deste Contrato, dispensando, neste caso, termo de aditamento, conforme prescreve o § 8º do art. 65 da Lei 8.666/93.

9.7.A critério da CONTRATANTE, mediante o devido processo administrativo, respeitados o contraditório e a ampla defesa, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

X - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

10.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Câmara poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

10.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

10.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

XI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Recusando-se a vencedora a contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até dois anos.

11.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Câmara poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^o (décimo) dia de atraso da prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

11.2.3. Multa 10% (Dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

11.2.4. Multa 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

11.2.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) Inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) Descumprimento de cláusula contratual.

11.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os pagamentos por vir.

11.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Câmara, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas no item 11.1, 11.2 e 11.4.

11.7. A CONTRATADA disporá do prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa prévia das penalidades aplicáveis, contados da data de recebimento da notificação.

11.8. A Contratada se responsabiliza a manter toda a documentação e informação complementares exigidas nessa licitação a disposição da CMSGRA.

XII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas resultantes desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019:

- 010101 01 031 0001 4.002 – 339039 -Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;

XIII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Das decisões pertinentes a presente licitação caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, para os casos de:

I - Habilitação ou inabilitação;

II - Homologação, anulação ou revogação da licitação;

III - Julgamento das Propostas.

13.2. A intimação dos atos referidos no subitem anterior será feita mediante publicação na imprensa oficial do município, do estado ou da federação conforme o caso, salvo para os casos previstos nos incisos I e III, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta dos interessados e lavrada em ata.

13.3. O recurso previsto nos incisos I e III do subitem 14.1 terá efeito suspensivo, podendo, no entanto, as autoridades competentes, motivadamente e existentes razões de direito e de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva no caso previsto no inciso II.

13.4. O recurso acima mencionado, uma vez interposto, deverá ser comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato.

13.5. O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal ou a quem este indicar por delegação, através do agente que praticou o ato recorrido, o qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou se não o fizer, deverá neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade competente para julgá-lo. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

XIV - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará à Contratante o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente

ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Câmara e sem prejuízo das penalidades dispostas no item 12, deste Edital.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666/93:

14.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a)** O atraso injustificado, a juízo da Contratante, na entrega do serviço licitado;
- b)** Prestação do serviço fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;
- c)** A subcontratação total do objeto deste Edital, caracterizando mera intermediação financeira da taxa de administração, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d)** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;
- e)** O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f)** A decretação de falência ou dissolução da empresa;
- g)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Contratante, prejudique a execução deste Contrato;
- h)** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da Câmara, exaradas no processo administrativo;
- i)** A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Contratante;

14.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

15.2. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta licitação.

15.3. Poderá manifestar-se no curso dos trabalhos de julgamento, em nome da licitante, tão somente seu dirigente, preposto ou procurador credenciado através de documento entregue, no ato, à Comissão Permanente de Licitação, acompanhado de um documento de identidade do indicado e, em sendo o próprio, através de documento que comprove a sua condição.

15.4. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado à prestação do serviço.

15.5. A não apresentação, no momento próprio, de qualquer documento exigido neste edital ou em diligência, implicará na inabilitação ou desclassificação das propostas, conforme o caso.

15.6. A Câmara Municipal poderá acrescer ou diminuir quantitativamente o objeto da presente licitação, constante do ANEXO I, de forma unilateral, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

15.7. A Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo se reserva os direitos abaixo, sem que caiba, em qualquer dos casos, à licitante interessada, direito a indenização:

a) Revogar a licitação, em razão de conveniência administrativa;

b) Anular, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso.

15.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação ou submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica da Casa Legislativa de acordo com a lei 8.666/93 e leis complementares.

15.9. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época.

15.10. A Comissão Permanente de Licitação poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências, objetivando esclarecer ou complementar informações que possam instruir e elucidar questões pendentes do processo, vedada juntada de documento não apresentado no momento oportuno.

15.11. Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, das 8h às 11 h e de 13h às 17h, sendo que às sextas-feiras será de 8h às 11h e de 13h às 16h, telefax: (0**31)3833-5202/3833-5149, até 24 (Vinte e quatro) horas antes da abertura dos envelopes.

15.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara/MG, com renúncia de qualquer outro, para solucionar questões oriundas desta licitação.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 12 de Junho de 2019.

Cristiane Benício Borges
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITÁTORIO Nº 114/2019 CARTA CONVITE Nº 020/2019

Objeto: O objeto do contrato a ser firmado constituir-se-á em: Prestação de serviços técnico-especializados de assessoria e consultoria jurídicas em matérias de maior indagação, no âmbito do direito administrativo, municipal, processual e constitucional, consistindo especialmente para:

- Assessoramento jurídico a todas as comissões constituídas ou posteriormente constituídas no período contratado.
- Emissão de pareceres, verbais ou por escrito, no âmbito do direito constitucional, administrativo, municipal, e processual de maior complexidade.
- Orientações pertinentes a reformas, adequações e/ou aplicação da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, plano de cargos e salários, portarias, instruções, projetos de lei e demais normas e atos do Poder Legislativo;
- Propositura e acompanhamento de processos judiciais e administrativos nas secretarias, órgãos e entidades privadas, e órgãos públicos, notadamente junto àqueles que se localizam em Belo Horizonte/MG, a fim de que se proceda à defesa dos interesses da administração pública;
- Capacitação dos agentes políticos e servidores, sobre matérias atinentes ao Poder Legislativo Municipal.

Fica excluída da presente contratação a atuação da CONTRATADA em casos de natureza corriqueira, seja em questões contenciosas ou administrativas, sendo de competência da Procuradora Jurídica e/ou Presidente do Poder Legislativo avaliar a necessidade e complexidade da matéria a ser solicitada e direcionada à CONTRATADA.

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITÁTORIO Nº 114/2019
CARTA CONVITE Nº 020/2019**

Pelo presente instrumento credenciamos o (a) Sr.(a) , portador do documento de identidade nº para participar das reuniões relativas ao processo licitatório modalidade Carta Convite nº 020/2019, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas.

São Gonçalo do Rio Abaixo, de Junho de 2019.

.....
Assinatura

(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante e entregue à Comissão de Licitação fora do Envelope nº 01 – “Documentação”).

Obs.: Carimbo padronizado da empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (Modelo)

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa.....não se encontra declarada inidônea para licitar e contratar, assim como não se encontra suspensa do direito de licitar e contratar com a Administração Pública de São Gonçalo do Rio Abaixo. Declaro, também, que nos quadros da empresa não figura o nome de nenhum sócio, diretor ou empregado que seja servidor público ou que exerça cargo ou função pública no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

São Gonçalo do Rio Abaixo, _____ de _____ de 2019.

.....
Assinatura do Representante Legal

(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante).

Obs.: Carimbo padronizado da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Ref.: PROCESSO LICITÁTORIO Nº 114/2019
CARTA CONVITE Nº 020/2019

.....
(nome da empresa) inscrita no
CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, DECLARA, para os fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre, assim como não emprega menor de dezesseis anos, salvo
na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

São Gonçalo do Rio Abaixo, de de 2019.

.....
Representante legal

(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante).

ANEXO V

MODELO PROPOSTA DE PREÇO CARTA CONVITE Nº 020/2019

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Tel/Fax: _____

Endereço: _____

Ítem	Qtde	Unid	Especificação do produto	Valor Mensal	Valor total
01	06	meses	<p>O objeto do contrato a ser firmado constituir-se-á em: Prestação de serviços técnico-especializados de assessoria e consultoria jurídicas em matérias de maior indagação, no âmbito do direito administrativo, municipal, processual e constitucional, consistindo especialmente para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Assessoramento jurídico a todas as comissões constituídas ou posteriormente constituídas no período contratado.• Emissão de pareceres, verbais ou por escrito, no âmbito do direito constitucional, administrativo, municipal, e processual de maior complexidade.• Orientações pertinentes a reformas, adequações e/ou aplicação da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, plano de cargos e salários, portarias, instruções, projetos de lei e demais normas e atos do Poder Legislativo;• Propositura e acompanhamento de processos judiciais e administrativos nas secretarias, órgãos e entidades privadas, e órgãos públicos, notadamente junto àqueles que se localizam em Belo Horizonte/MG, a fim de que se proceda à defesa dos interesses da administração pública;• Capacitação dos agentes políticos e servidores, sobre matérias atinentes ao Poder Legislativo Municipal. <p>Fica excluída da presente contratação a atuação da CONTRATADA em casos de natureza corriqueira, seja em questões contenciosas ou administrativas, sendo de competência da Procuradora Jurídica e/ou Presidente do Poder Legislativo avaliar a necessidade e complexidade da matéria a ser solicitada e direcionada à CONTRATADA.</p>		
TOTAL:					

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Os preços compreenderão todos os custos necessários à prestação dos serviços do objeto desta licitação, inclusive os referentes a despesas diretas e indiretas, transportes, mobilização e desmobilização, mão de obra, encargos fiscais e para fiscais incidentes,

tais como: tributos, preços públicos, seguros, bonificações, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, securitários, comerciais e outros congêneres;

- Os preços compreenderão também todos os custos com licenças e despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à contratada além do preço proposto.

- **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias contados a partir da data da proposta.

- Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integrante desta proposta.

Data: _____ de fevereiro de 2019.

Assinatura/Carimbo: _____
(Representante Legal)

ANEXO VI
CONTRATO----- /2019

**Contrato de Prestação de serviço que
entre si fazem o Município de São
Gonçalo do Rio Abaixo e.....**

A Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado Câmara Municipal, com sede na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, na Rua Henriqueta Rubim, nº 280 - Niterói, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 74.011.024/0001-82, neste ato designada **Contratante**, por seu representante, o Presidente da Câmara Municipal **Flávio Silva de Oliveira**, brasileiro, vive em União Estável, inscrito no CPF sob nº 049.977.456-69, RG MG-10.209.867, SSP/MG residente e domiciliado nesta cidade do referido município, e a empresa.....,com sede na, telefone nº, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº,neste ato designada **Contratada** por seu representante,,, registrado no CPF sob nº....., ajustam e celebraram o presente CONTRATO, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestar serviços técnico-especializados de assessoria e consultoria jurídicas em matérias de maior indagação, no âmbito do direito administrativo, municipal, processual e constitucional, consistindo especialmente para:

- Assessoramento jurídico a todas as comissões constituídas ou posteriormente constituídas no período contratado.
- Emissão de pareceres, verbais ou por escrito, no âmbito do direito constitucional, administrativo, municipal, e processual de maior complexidade.
- Orientações pertinentes a reformas, adequações e/ou aplicação da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, plano de cargos e salários, portarias, instruções, projetos de lei e demais normas e atos do Poder Legislativo;
- Propositura e acompanhamento de processos judiciais e administrativos nas secretarias, órgãos e entidades privadas, e órgãos públicos, notadamente junto àqueles que se localizam em Belo Horizonte/MG, a fim de que se proceda à defesa dos interesses da administração pública;

- Capacitação dos agentes políticos e servidores, sobre matérias atinentes ao Poder Legislativo Municipal.

1.2. Fica excluída da presente contratação a atuação da CONTRATADA em casos de natureza corriqueira, seja em questões contenciosas ou administrativas, sendo de competência da Procuradora Jurídica e/ou Presidente do Poder Legislativo avaliar a necessidade e complexidade da matéria a ser solicitada e direcionada à CONTRATADA.

1.3. A Proponente deverá fornecer o objeto deste contrato, de acordo com as especificações avençadas no presente edital, ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1.4. Os serviços referidos no item 1.1 serão realizados em conformidade com as disposições do presente contrato, sem a elas se limitar e dos documentos mencionados no item 2.1 que, em forma de anexos, integram o presente instrumento.

1.5. As quantidades de serviços realizados no mês, para fins de atendimento ao objeto do contrato, poderão variar para mais ou para menos, não cabendo às partes qualquer reivindicação relativa a preços, mantendo o valor mensal da proposta.

II - DOCUMENTOS CONTRATUAIS

2.1. Os documentos abaixo relacionados constituem parte integrante deste instrumento contratual:

2.1.1. PROCESSO LICITATORIO Nº 114/2019
CARTA CONVITE Nº 020/2019

2.1.2. Anexos: I, II, III, IV, V.

2.1.3. Proposta da Contratada:/...../2019

2.2. As disposições deste contrato prevalecem sobre as de seus anexos e, na hipótese de divergência entre estes, a prevalência será determinada pela ordem em que estão relacionados acima.

2.3. As referências neste instrumento a cláusulas, itens e subitens correspondem sempre as do presente contrato.

III - PRAZO

3.1 - O contrato vigorará até 31/12/2019, com início a partir da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado caso seja de interesse das partes, nos termos do Art. 57 da Lei nº 8666/93.

IV - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do contrato é de (.....), MENSAL, referente à proposta comercial apresentada pela Contratada em/...../2019.

V - PREÇOS

5.1. A Contratação será processada sob o regime de empreitada, a preços unitários mensal.

5.2. Pelo fiel e integral cumprimento das obrigações contratuais referentes aos trabalhos efetivamente prestados e aceitos, a C.M.S.G.R.A. pagará à Contratada os preços estabelecidos em sua proposta comercial, em reais, por mês.

5.3. A Contratada não poderá pleitear qualquer adicional nos preços por faltas ou omissões que porventura venham a ser verificadas em sua proposta.

5.4. Por força do artigo 28, § 1º da Lei Federal 9.069 de 29/06/1995, que dispõe sobre o Plano Real, durante o período de 12 (doze) meses de vigência inicial desse contrato, não haverá reajuste no valor contratado.

VI - FATURAMENTO E PAGAMENTO

6.1. A fatura deverá ser emitida e entregue à fiscalização no endereço abaixo, após o cumprimento da obrigação ou do encerramento da medição.

Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
Rua Henriqueta Rubim, nº 280 – Niteroi.
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.
Contabilidade da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
ATT: Laís Costa Bicalho.

6.2. Todos os pagamentos serão processados através da Seção de Tesouraria desta

Câmara, 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da medição da Nota Fiscal/Fatura, bem como do “aceite”, pela Câmara Gestora, do cumprimento da obrigação.

6.2.1. O cumprimento dos prazos de pagamentos pela C.M.S.G.R.A. estará vinculado às observâncias pela Contratada dos prazos para emissões/entregas dos faturamentos.

6.3. A C.M.S.G.R.A. descontará das faturas os valores de impostos ou tributos que, por força de Lei, devam ser retidos pela fonte pagadora.

6.4. Verificadas quaisquer dúvidas ou incorreções na fatura, a C.M.S.G.R.A. providenciará o pagamento da importância incontroversa, ficando para o pagamento subsequente a efetivação do acerto, corrigido e ajustado monetariamente, na forma contratual.

6.5. Caso ocorra atraso na liquidação dos compromissos por parte da C.M.S.G.R.A., superior a 30 (trinta) dias, incidirão sobre o valor devido, correção financeira “pro-rata-die” do IPCA/FGV, ocorrido entre a data do vencimento e a efetiva liquidação, acrescido de juros de mora de 1% ao mês.

6.6. As despesas referentes a esta Carta Convite correrão por conta da Dotação Orçamentária:

- 010101 01 031 0001 4.002 – 339039 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir Ordem de Compra assinada pelo responsável pela Secretaria Municipal de Administração à CONTRATADA para que a mesma providencie a prestação do serviço.

7.2. Controlar a(s) prestação(ões) do(s) serviço(s) /fornecimento(s) dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses.

7.3. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato;

7.4. Prestar à CONTRATADA as informações indispensáveis à prestação do serviço, tais como data, horários, e locais da prestação com antecedência, mínima, de 48 (quarenta e oito) horas.

7.5. Verificar o perfeito desenvolvimento dos trabalhos, sendo que sua eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos assumidos perante a C.M.S.G.R.A.

VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer o objeto deste contrato, de acordo com as especificações avençadas no presente edital, observando todas as condições de garantia previstas no contrato a ser estabelecido entre as partes, conforme sua proposta de preços, ANEXO I e no TERMO DE REFERÊNCIA.

8.2. Prestar o(s) serviço(s), quando solicitado, de acordo com a(s) necessidade(s) da C.M.S.G.R.A., na quantidade, em local e data informados pelo ente público através de Ordens formalizadas da C.M.S.G.R.A.

8.3. A CONTRATADA deverá atender apenas a(s) solicitação(ões) feita(s) pela(s) Secretaria(s) Gestora(s) do contrato, o qual designará a data, o horário, o local e a(s) quantidade(s) que será (ão) fornecida(s).

8.4. Responsabilizar-se pela mão de obra utilizada para prestação dos serviços.

8.5. Obedecer rigorosamente à data para a prestação de serviço fornecida pela C.M.S.G.R.A., que não poderá ser alterada, salvo prévia e expressa autorização, por escrito.

8.6. Arcar com todos os custos decorrentes da prestação de serviço.

8.7. A CONTRATADA será responsável por fornecer quaisquer itens que seja necessário ao cumprimento satisfatório do serviço ora contratado, sem ao TERMO DE REFERÊNCIA ou cláusulas contratuais, se limitar.

8.8 Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento.

8.9 Acatar e facilitar a ação da fiscalização da C.M.S.G.R.A., cumprindo às exigências da mesma.

8.13. Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeição dos trabalhos e

processos/procedimentos utilizados, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços executados.

8.14. Prestar o serviço, quando solicitado, de acordo com a necessidade da Câmara, na quantidade, em local e data informados pelo ente público através de Ordens formalizadas da Câmara.

8.15. Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento.

8.16. Acatar e facilitar a ação da fiscalização da C.M.S.G.R.A., cumprindo às exigências da mesma.

8.17. Encaminhar, ao gestor do contrato, Nota Fiscal / Fatura, correspondente aos serviços prestados.

8.18. Prestar os serviços, objeto deste contrato, em sintonia com o responsável pela C.M.S.G.R.A., acatando sugestões, normas e orientações que possibilitem maior qualidade ao contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da prestação dos serviços, arcando com todos os tributos, taxas, fretes e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas sobre o objeto deste contrato ou dele decorrentes.

8.20. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, por todos e quaisquer danos materiais ou pessoais, decorrentes dos trabalhos que direta ou indiretamente executar, ainda que tais danos sejam causados por caso fortuito, força maior ou atos de terceiros ou ainda que decorram de determinações da fiscalização, para cuja execução a Contratada tomará as medidas de segurança necessárias, tal responsabilidade se estende aos danos causados ao seu próprio pessoal e materiais, bem como aos da C.M.S.G.R.A., seus prepostos e terceiros.

8.21. Prestar à CONTRATANTE os serviços descritos em qualquer dos itens constantes no Anexo I e no TERMO DE REFERENCIA, em obediência à legislação vigente.

IX - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização ficará a cargo da C.M.S.G.R.A. que acompanhará a execução dos trabalhos, com plenos poderes para praticar atos, nos limites do presente contrato, que se destinem a acautelar e preservar todos e quaisquer direitos da C.M.S.G.R.A., tais como:

9.1.1. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, sendo-lhe lícito impugnar a execução de serviços considerados imperfeitos, rejeitar trabalhos que, mesmo concluídos, apresentem irregularidades, ilegalidades, determinando as correções ou retificações adequadas.

9.1.2. Sustar o pagamento da fatura da Contratada, no caso de inobservância de exigências da fiscalização amparadas em disposições contidas neste contrato, até a regularização da situação.

9.1.2.1. Tal procedimento será comunicado, por escrito, à Contratada, sem perda do direito de aplicação das demais sanções previstas neste contrato.

9.1.2.2. O pagamento sustado será efetuado tão logo sejam atendidas pela Contratada as exigências da fiscalização, não incidindo, neste caso, qualquer acréscimo sobre os pagamentos retidos.

9.1.3. Instruir a Contratada quanto às prioridades dos trabalhos.

9.2. A fiscalização estará à disposição da Contratada para fornecer as informações que forem necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos contratados.

9.3. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não reduz nem exime a Contratada de suas responsabilidades perante a C.M.S.G.R.A. ou terceiros.

X - MULTAS

10.1. A Contratada incorrerá em multa nos seguintes casos:

10.1.1. 5,0 % (cinco por cento) do valor estimado deste Contrato, por infração de qualquer cláusula, por ocorrência.

10.1.2. 5,0 % (cinco por cento) do valor estimado deste Contrato, por dia corrido de atraso na execução, motivado pela Contratada.

10.2. Havendo descumprimento de qualquer obrigação assumida pela Contratada, esta ficará sujeita ao pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar o inadimplemento, correspondente a 1,0 % (um por cento) do valor total estimado deste Contrato.

10.3. Ocorrendo rescisão por motivo imputável à Contratada, arcará esta com uma multa rescisória de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, sem prejuízo das perdas e danos apurados e de outras sanções cabíveis.

10.3.1. A aplicação das multas acima dar-se-á cumulativamente, à medida que cada obrigação contratual deixar de ser cumprida.

10.3.2. Os valores correspondentes a multas serão corrigidos e atualizados monetariamente pelos mesmos critérios adotados para os preços.

10.4. Os valores de multas, de caráter exclusivamente penal, são considerados dívida líquida e certa, podendo a C.M.S.G.R.A. deduzi-los de qualquer pagamento devido à Contratada.

XI - RESCISÃO

11.1. Constituem motivos para rescisão contratual, os citados no art. 78 da lei nº 8.666 de 21/06/93.

11.2. Este Contrato será cancelado quando os serviços prestados não atenderem às exigências da CARTA CONVITENº 020/2019 e as determinações da C.M.S.G.R.A.

11.3. Caso este contrato seja rescindido e o motivo for atribuído à Contratada, a C.M.S.G.R.A. poderá entregar a execução dos trabalhos a quem bem entender, respondendo a Contratada na forma legal e contratual, pela infração ou execução inadequada do presente Contrato.

11.4. A rescisão contratual será passível de recurso por parte da Contratada, na forma do art. 109 da lei 8.666/93.

XII - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

12.1. A Contratada não poderá, no todo ou em parte, subcontratar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, sem a prévia autorização da C.M.S.G.R.A., por

escrito, sendo vedada à efetivação com empresa que tenha participado de qualquer etapa da seleção que originou este contrato.

12.1.1. A autorização de subcontratação concedida pela C.M.S.G.R.A. não eximirá a Contratada da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste contrato.

XIII - SEGUROS

13.1. A Contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência a partir da data de início dos trabalhos até seu encerramento, assumindo todos os riscos e ônus inerentes.

13.2. A Contratada será responsável pela contratação, por sua conta exclusiva, dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos trabalhos.

13.2.1. Caso não providencie a cobertura dos seguros mencionados neste item, a Contratada assumirá todos os riscos e ônus inerentes à execução dos trabalhos.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. À Contratada é vetado, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação dados e informes relativos aos trabalhos executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização da C.M.S.G.R.A.

14.2. Correrão por conta da Contratada todas as despesas relacionadas com os serviços, objeto deste contrato, não tendo a CMSGRA quaisquer responsabilidades com despesas de pessoal, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, acidentes do trabalho, fisco em geral, assim como não existirá nenhum vínculo jurídico entre o Município e o empregados e fornecedores da Contratada, quer direta ou indiretamente, ativa ou passivamente e quer ainda, solidariamente.

14.3. Pelo presente instrumento, o Contratante fica obrigado a manter sempre atualizados todos os seus dados cadastrais, especialmente no que se refere ao endereço para envio de cobrança/faturas e correspondências.

14.4. O Contratante expressamente autoriza o Contratado a enviar, sempre que necessárias mensagens que julgar convenientes ao Contratante.

14.5. A tolerância pelo Contratado quanto a não aplicação do que lhe assegura a Lei ou o presente contrato não valerá como precedente, novação ou renúncia de direito quanto a eventuais descumprimentos ou infrações das condições aqui pactuadas.

XV – FORO

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santa Bárbara/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato e sua execução.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Gonçalo do Rio Abaixo, de de 2019.

Flávio Silva de Oliveira
Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: